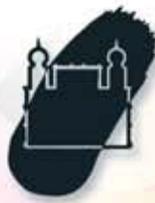


ASFOC **FIOCRUZ** 

SINDICATO
Nacional
JÁ!

Trabalhadores aprovam
proposta de novo Estatuto

É hora da grande mudança!

Ao ser fundada, em 30 de agosto de 1976, a Asfoc apenas organizava atividades para os servidores e suas famílias. Funcionava mais como uma associação recreativa. Mas, a partir de 1986, com diretores eleitos pelos trabalhadores, a entidade passou a lutar por melhorias nos salários e nas condições de trabalho da Fundação.

Ao longo dos últimos 21 anos, quando efetivamente a Asfoc passou a empunhar a bandeira sindical, não foram poucas as vezes que identificamos a necessidade de oficializarmos essa mudança. Tivemos nossa representatividade questionada em mesas de negociação do governo, em ações trabalhistas coletivas e em diversos outros fóruns.

Como Sindicato Nacional, nossa força será ainda maior para continuarmos atuando em defesa dos trabalhadores. Desde quando eleita no fim do ano passado, a Diretoria Executiva Nacional trabalhou na construção de um novo Estatuto.

Para chegarmos ao texto atual aprovado na Assembléia de abril deste ano – que ainda será submetido a um Referendo e/ou Assembléia Geral em junho – pesquisamos dezenas de outros estatutos e ouvimos advogados especializados, ex-diretores da Asfoc e os representantes regionais da Asfoc.

Uma das grandes novidades do Estatuto do Sindicato será a formalização das representações regionais, inexistentes no Estatuto anterior e tão importantes para a mobilização de amplitude nacional da Asfoc.

A partir de agora, a continuidade do processo de formalização do Sindicato vai prosseguir concomitantemente com nossas lutas específicas e gerais dos trabalhadores.

ESPAÇO UNIFOC

Parece piada de mau gosto

Por Antônio Humberto da Costa*

Decorrido mais de um mês que o diretor de Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar expediu o documento que:

- A – impede o repasse, por parte da patrocinadora (FIOCRUZ), para o FIOPREV;
- B – suspende o pagamento do pecúlio aos beneficiários do participante; e
- C – suspende o pagamento de complementação para novos aposentados.

Nenhuma providência prática foi tomada

Até aqui, o que sabemos é que o diretor-superintendente do Fioprev e sua Diretoria Executiva fizeram vários contatos com a patrocinadora e com inúmeras autoridades que, de algum modo, possam estar envolvidas nessas questões que parecem mais arbitrariedades cometidas num passado recente que nos encaminha às lembranças amargas da obscuridade que o Brasil esteve mergulhado, como se fosse uma nódoa que parecia não ter fim. Não vamos imaginar que o governo Lula, eleito e reeleito pela maioria esmagadora de um povo sofrido e que agora vive e sonha com uma liberdade ampla e restrita, se a coadune com esses ranços que nos levam ao retrocesso.

Decisões intempestivas, como as de agora, acabam com a credibilidade e a confiança.

Um ofício não pode ir de encontro à Constituição e nem contra as leis infra-constitucionais (que regem os fundos de pensão).

Todos os participantes contribuíram e ainda continuam contribuindo para o recebimento, por parte dos beneficiários, da poupança, construída, às vezes, com sacrifício, para amparo da família.

A suspensão do pagamento do pecúlio é confisco, uma prática dos regimes totalitários; e, mesmo assim, vários pecúlios já deixaram de ser pagos, criando, desse modo, uma situação crítica e constrangedora.

Fica muito difícil manter a calma e a tranquilidade em momentos tão conturbados como os que vivem hoje os participantes do Fioprev.

Não podemos deixar de fazer dois registros:

1º - Em Assembléia Geral, realizada no dia 19 de abril, convocada pela ASFOC e realizada na ENSP, foi aprovado, por unanimidade, o Estatuto do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz – ASFOC- SN.

No Campus, acreditamos que possa existir algum tipo de restrição; contudo, o Estatuto agora aprovado representa concretização de um sonho da maioria absoluta dos associados da ASFOC. A verdadeira democracia é a convivência salutar de contrários.

2º - E a GDACT – isonomia para os aposentados – prometida para pagamento na primeira quinzena de dezembro de 2006, qual a verdadeira situação hoje?

- Ninguém vem a público ou distribui nota com as explicações (?) necessárias.

* Diretor Executivo da União dos Aposentados da Fundação Oswaldo Cruz (Unifoc)

DIRETORIA DA ASFOC

E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br

Rogério Lannes Rocha
Diretor-Geral
Paulo César de Castro Ribeiro
Vice-Diretor
Justa Helena Braga Franco
Diretora Administrativa-Financeira

Paulo Henrique Scrivano Garrido
Diretor Secretário
Alcimar Pereira Batista
Diretor de Assistência ao Associado

Roberto Lopes
Diretor de Esportes
João Carlos de Freitas Borges
Diretor Sócio-Cultural

SUPLENTE

Maria de Fátima B. de Souza
Rita Regina Guimarães
Marcos Besserman Vianna

Álvaro Fúncia Lemme
Gilberto Lessa de Almeida
Janete Romeiro
Pauliran Freitas

CONSELHO FISCAL

Vânia Buchmuller
Marco Antonio C. Menezes

Nilton Francisco da Silva
Manoela da Silva
Rui Baraúna de Rezende

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

(21) 2598-4231 (R. 211)
jornalismo@asfoc.fiocruz.br

Gerência de Comunicação
Jesuan Xavier

Equipe
Fernando Taylor
Cassiano Pinheiro
(Estágio)

Fotografia
Jesuan Xavier
Cassiano Pinheiro
Fernando Taylor

Divulgação
Jorge Vieira
Impressão
Wal Print Gráfica e Editora

Programação Visual
F. Tavares Produções
Gráficas e Editoriais Ltda

As informações contidas nos artigos assinados e informes publicitários são de inteira responsabilidade de seus autores.

Sede da ASFOC

Av. Brasil, 4.365 - RJ
CEP 21040-360

Secretaria – 2598-4231

Jornalismo – 2598-4231 (R. 211)

Odontologia – 2598-4333

Jurídico – 2598-4231 (R. 214)

Seguros – 2598-4231 (R. 218)

Salão de Beleza – 2598-4231 (R. 223)

Restaurante – 3885-3890

Plano Próprio: Câmara aprova emendas da Asfoc

No início do mês de abril, a Câmara dos Deputados aprovou, com emendas, a Medida Provisória 341, que altera a Lei do Plano Próprio de Carreiras da Fiocruz (11.355/2006). O texto, apresentado em Plenário pelo relator Filipe Pereira (PSC/RJ), contempla as reivindicações da Associação. Agora, a luta do movimento é por sua aprovação final no Senado Federal.

ENTENDA O PROCESSO – No mesmo momento em que o governo publicou em Diário Oficial, no dia 29 de junho do ano passado, a Medida Provisória 301 (que implementava o Plano de Carreiras da Fiocruz), começou uma longa batalha pela incorporação de emendas que visavam diminuir riscos futuros e aperfeiçoar os planos reestruturados pela Lei.

Inúmeras reuniões foram feitas em Brasília com os parlamentares, na busca de emendas que atendessem às expectativas dos trabalhadores. No fim de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva finalmente assinou a Medida Provisória 341, que alterava a Lei do Plano Próprio acatando praticamente todos os pontos defendidos pela Asfoc. No novo texto, estavam questões fundamentais para os servidores, como da contagem de tempo para a aposentadoria - o governo abriu mão da expressão “criar” e a substituiu pelo termo “estruturar”. Em outros pontos, a medida passou a adotar expressões “reorganização” e “reestruturação” da carreira e tabela, além de alterar o artigo 141 sobre aposentadoria, o que corroborava a idéia de continuidade dos cargos.

Apesar de uma avaliação positiva da MP, a direção da Asfoc continuava detectando alguns pontos que ainda poderiam ser “melhorados”. No início deste ano, o deputado federal Jorge Bittar (PT/RJ) acatou e protocolou na Câmara novas emendas pretendidas pela Asfoc à Medida Provisória 341.

Em 27 de fevereiro, os diretores da Associação Paulo Garrido e Fátima de Souza tiveram reunião com o relator da MP, o deputado federal Filipe Pereira (PSC/RJ). No encontro, eles demonstraram a importância das alterações propostas pela Associação dos Servidores da Fiocruz e que realmente acabaram sendo incorporadas em seu relatório.

No texto aprovado pelos parlamentares em abril, uma das principais modificações será a prorrogação por mais três meses do prazo para que os servidores possam optar pelas carreiras estruturadas pela Lei. Com a alteração, os servidores poderão fazer a opção até o dia 29 de junho, quando terão a garantia de que o texto com as emendas da Asfoc não será mais alterado.

O parecer do relator Filipe Pereira também foi favorável em relação a outras emendas da Associação que visam garantir a um grupo de servidores, que tiveram a redistribuição concluída entre 22 de julho de 2005 e 30 de junho de 2006, a possibilidade de enquadramento no novo Plano de Carreiras da instituição.

Neste momento, a Asfoc já iniciou o trabalho para a aprovação das emendas à MP 341 no Senado Federal. A expectativa é de que o texto seja votado até 1º de junho deste ano.

Asfoc deixa o Fórum de C&T

Com a adesão de quase a totalidade dos servidores da Fiocruz ao novo Plano de Carreiras e após sucessivas condutas de algumas representações de ignorar e combater a opção consciente dos trabalhadores pelo Plano Próprio, a Asfoc decidiu por sua saída do Fórum de C&T (veja carta abaixo). No último mês, um jornal editado pelo Fórum chegou ao cúmulo de estampar chamada dizendo que era sua reivindicação o retorno da Fiocruz à C&T, quando isto nunca foi (nem poderia, por não ser consensual), aprovado pelas entidades.

Carta enviada ao Fórum de C&T, em 11 de abril

A criação do Plano de Carreiras da Fiocruz e a adesão de mais de 95% dos servidores da instituição a este faz com que a ASFOC, após dedicada e cuidadosa avaliação, tenha decidido, de forma irrevogável, por sua saída do Fórum de Ciência e Tecnologia.

Ao longo de 14 anos, a Associação teve destacada participação nas lutas encaminhadas pelo Fórum em defesa da C&T nacional e na garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores da Carreira de Ciência e Tecnologia.

Nossa opção pelo Plano Próprio para Fiocruz sempre foi tratada com muita clareza e honestidade nas reuniões do Fórum. Essa opção, aprovada pelo Congresso Interno da instituição e em assembleias dos trabalhadores, teve uma lógica solidária e se deu pela necessidade de buscarmos a solução de distorções salariais dentro de nossa instituição, que chegavam ao cúmulo de termos cinco planos de carreiras e servidores com diferenças salariais de mais de 100%, todos com remunerações abaixo do Plano de Ciência e Tecnologia. Essa equalização não resultou numa elevação do patamar salarial que já tínhamos: C&T e mais Plano Bresser. Portanto, não achamos justo termos, por parte do Fórum, questionamentos sobre nossa opção e os seus motivos.

Nesse momento, a ASFOC estará dedicada às melhorias que o nosso Plano necessita, o que nos obrigará a uma concentração exclusiva para essa tarefa. Hoje, já não conseguimos estar presentes a todas as discussões, o que tem gerado divergências e descontentamento em relação a algumas formas de encaminhamento do Fórum, que não guardam coerência com a tradição de busca de consensos e de respeito à condução do movimento de cada entidade junto às suas bases.

No entanto, estaremos sempre juntos nas lutas dos trabalhadores e nos pontos que forem comuns em nossas bandeiras. A luta dos trabalhadores será sempre prioritária, estando ou não como integrantes do Fórum.

Assembléia aprova transformação em Sindicato Nacional



Na pauta da primeira Assembléia Geral dos trabalhadores da Fiocruz de 2007 um dos assuntos mais importantes dos últimos anos na história da Asfoc: a transformação da nossa Associação em Sindicato Nacional. Para isso, era necessário também a aprovação do texto de um novo Estatuto sindical, com base em proposta apresentada pela Diretoria Executiva Nacional.

Democriticamente, e acatando uma série de destaques apresentados pelos servidores, o novo texto que deve reger a Asfoc daqui pra frente foi aprovado no dia 19 de abril. Agora ele será submetido como texto final a Referendo e/ou nova Assembléia Geral (a serem convocados em junho), atendendo às exigências para a formalização da Asfoc-SN como personalidade jurídica e sindical – antes da votação final, o texto do Estatuto poderá ser conferido em sua íntegra no site www.asfoc.fiocruz.br.

A importância de se ter uma Asfoc mais forte, com mais representatividade, foi explanada no início do encontro com os servidores. O diretor-geral da Associação, Rogério Lannes, lembrou que a transformação em Sindicato Nacional foi o grande mote da campanha eleitoral do ano passado. “É o principal compromisso assumido por essa diretoria”.

Segundo ele, além da questão simbólica, a Asfoc-Sindicato Nacional terá mais força para atuar em defesa dos trabalhadores. “Basta lembrar que já tivemos problemas, por sermos Associação, em diversas ações na Justiça, sob alegação de que faltava base legal para a substituição processual da categoria”.

Como Sindicato Nacional, explicou ele, a Asfoc pretende atuar diretamente em conferências de saúde e mesas de negociação. “Recentemente, tivemos nossa participação em uma conferência prejudicada. Para compor o percentual de delegados, só aceitaram sindicatos formalizados”.

No texto do novo Estatuto que foi apreciado pelos trabalhadores - fruto de intenso trabalho de uma Comissão da Asfoc - são criadas três novas pastas: de Comunicação, de Legislação e Assuntos Jurídicos e de Articulação Regional.

A contribuição de 1% do salário bruto dos associados efetivos, um dos pontos mais importantes do texto, foi bastante debatido. O diretor-geral da Asfoc demonstrou que atualmente (e há pelo menos três anos), a receita não cobre a despesa mínima da Associação.

Outro aspecto relevante do novo Estatuto é a oficialização das representações regionais. O texto antigo não fazia qualquer menção à existência dos representantes dos trabalhadores nas unidades da Fiocruz que funcionam fora do Rio de Janeiro.

Durante a Assembléia, transparências foram mostradas aos presentes. Nelas, o demonstrativo de dezenas de sindicatos que cobram valores de 1%, 2% e até 5% (ver quadro na página ao lado). “Até os sindicatos que poderiam nos representar, caso não existisse a Asfoc para encabeçar nossas lutas, cobram 1% e os honorários dos advogados são bem mais altos”, explicou Lannes.

Ao fim da Assembléia, os servidores votaram pela confirmação dos eleitos em dezembro de 2006 para a Diretoria Executiva Nacional, Conselho Fiscal e Representações Regionais como dirigentes “provisórios” até 31 de dezembro de 2008, quando ocorrerá o primeiro processo eleitoral, de acordo com o Estatuto do Sindicato Nacional.

Deliberações em 19 de abril

- Aprovada a transformação da Asfoc em Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz – Asfoc Sindicato Nacional, ou simplesmente Asfoc-SN;
- Aprovada a proposta de Estatuto do Sindicato Nacional a ser submetida à Assembléia Geral e/ou Referendo Nacional dos servidores da Fiocruz, acolhidas as alterações apresentadas nesta assembléia e as adequações do mesmo à legislação pertinente, com vigência imediata após a aprovação pela assembléia e/ou referendo a serem convocados;
- Aprovada a indicação à Assembléia Geral e/ou Referendo Nacional, como dirigentes provisórios do Sindicato Nacional, até 31/12/2008, os nomes dos membros eleitos em dezembro de 2006 para a Diretoria Executiva Nacional e Conselho Fiscal e ainda para as Representações Regionais nos estados em que há unidades da Fiocruz;
- Confirmada a pertinência do Referendo Nacional, fica constituída a Comissão Eleitoral com os seguintes nomes: Jorge Santos da Hora (Direh), como presidente, Leda Cristina M.Alves (Cict), Maria Aparecida M.F. da Fonseca (COC), Rubens Rodrigues Barrozo (IFF) e Tânia Cristina P. dos Santos (Cict) – como membros, que trabalharão com uma comissão de apoio em cada Regional.

S.O.S Asfoc

O CONSELHO FISCAL aprovou as contas de 2006 da Associação dos Funcionários da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc). Coordenada pela diretora administrativo-financeira, Justa Helena Franco, a última reunião da antiga gestão do Conselho, em 9 de abril, contou com a participação presencial do membro Alex Alexandre Molinaro – os demais examinaram as contas separadamente antes de aprová-las. O encontro teve também a presença dos conselheiros eleitos em dezembro do ano passado Marco Antonio Menezes, Nilton Francisco da Silva, Manuela da Silva e Rui Baraúna de Rezende.

Alex elogiou a administração da diretoria da Asfoc. “Tenho confiança nas pessoas que estão e que estiveram na diretoria”. Ele alertou aos novos conselheiros, porém, sobre o enorme déficit operacional da Associação, que em 2006 chegou a R\$ 760 mil – no ano passado a Asfoc teve receita de R\$ 1.433.765,98 e despesa de R\$ 2.193.953,78, além de investimentos na área esportiva de R\$ 414.100 (R\$ 183.700 em equipamentos e R\$ 234.400 em obras).

“Esses resultados não podem continuar. Novas estratégias têm que ser implementadas. Individualmente, passar a contribuição de 0,5% para 1% (no caso da aprovação do Estatuto para Sindicato Nacional) não representa muita coisa, mas significa um fôlego maior para a Asfoc”, frisou Alex.

Durante a apresentação do balanço das contas, Justa Helena revelou que desde janeiro, após a regularização das rubricas no contracheque dos trabalhadores – ainda há servidores devendo contribuições atrasadas -, a Asfoc vem arrecadando com as mensalidades dos associados R\$ 96.245 por mês. “Muito aquém das nossas despesas fixas, que são da ordem de R\$ 123 mil”, ressaltou.

A diretora administrativo-financeira alertou ainda que este quadro vai mudar a partir de maio, em função do dissídio coletivo e do reajuste anual contratual com os prestadores de serviço. As despesas fixas passarão para R\$ 135.760 – R\$ 98.163 com folha de pagamento, encargos sociais de funcionários e contratos com advogados, além de R\$ 37.597 com despesas de custeio.

Balanço das contas da Asfoc de 2006 (página 6) é apresentado em reunião aos conselheiros

Para ela, além das mensalidades terem um valor muito baixo, outros dois fatores contribuíram para o aumento do déficit orçamentário: perda do contrato de administração da creche da Fiocruz há 3 anos – depois disso a Asfoc passou a depender exclusivamente das contribuições dos associados - e causas trabalhistas. “Herdamos muitas e pesadas pendências judiciais de até 15 anos atrás, mas tudo vai ficar saneado para as próximas gestões”, esclareceu.

Rogério Lannes, diretor-geral da Asfoc, ressaltou que a receita em 2006 não foi nem suficiente para cobrir os gastos com a folha de pagamento, encargos sociais e contratos com advogados, cuja média ficou em R\$ 86.511,83. “Depois de pesquisarmos mais de cem estatutos de sindicatos e associações, descobrimos que apenas a Asfoc e duas pequenas entidades cobram 0,5% do salário bruto de seus associados. O restante fica entre 1%, 2% e até 5%”, revelou.

QUADRO INFORMATIVO SOBRE MENSALIDADES DE SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES

SINDICATOS	MENSALIDADES
ASSIBGE – Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística	1%
ASSINPA – Associação dos Servidores do INPA	1%
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro	2%
SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo	1%
UNAFISCO – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal	1%
SINDISPREV/RJ – Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Estado do Rio de Janeiro	1%
SINTUPERJ – Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro	1,5%
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Macaé e Região	3,3%
STU – Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp	1%
SINTSEF/CE – Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará	1%
ASCAPES – Associação dos Servidores da Fundação Capes	1%
ASCON – Associação dos Servidores do CNPQ	1%
Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Sergipe	3%
SINDCT – Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Área de Ciência e Tecnologia no Vale do Paraíba	1%
SINTRASEF – Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Rio de Janeiro	1%
SINDSEPDF – Sindicato Dos Servidores Público Federal no Distrito Federal	1%
SINTUFSC/DF – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina	1%
ANASPS – Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social	1,98%
SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional	1%
SINDISPGE/RS – Sindicato dos Servidores da Procu- Radoria-geral do Estado do Rio Grande do Sul	1%
ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal	17,5% Venc. básico
SERJUS-RJ - Associação Estadual dos Servidores da Justiça Federal do Rio de Janeiro	1%
Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro	2%
ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social	1,3%
ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior	1%
SINTUFURJ - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro	1%
SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros	1,5%
SINPROFAZ - Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional	1%
SINDILEGIS - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União	1%
Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Fluminense	1%
SINDPOLF/SP - Sindicato dos Servidores Públicos, Cívicos, Federais, do Departamento de Polícia Federal no Estado de São Paulo	1%
ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República	1%
SINDIZOOT – Sindicato dos Zootecnistas de Santa Catarina	5%
SINDALESC - Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina	1%
MOVA-SE - Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará	1%
SINDSAUDE - Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde do Estado de Goiás	1%
SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional	1%
SINDIRECEITA - Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal	1%
ANAJUSTRA - Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho	1%
SSDPFRJ - Sindicato dos Servidores do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro	1%
SINDSCOPE - Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II	1%
SINAGÊNCIAS - Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação	1%
SINDAF - Sindicato dos Auditores de Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul	1%
ASSUFBA - Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos da Universidade Federal da Bahia	1%
SINDSEF/RO - Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Rondônia	1%
Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul	2%
SINDIPERICIAS-RS – Sindicato dos Servidores do Instituto-geral de Perícias do Estado do Rio Grande do Sul	1%
SINPRF/RS - Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado do Rio Grande do Sul	1%
ASMETRO – Associação dos Servidores do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO	0,5%
AFINCA – Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer	0,5%

Balanco Patrimonial
Exercícios de 2005 / 2006

Demonstração dos
Resultados 2005 / 2006

	2005/VALORES EM R\$		2006/VALORES EM R\$	
ATIVO	2.270.085,13		1.516.339,63	
CIRCULANTE	1.992.389,43		1.142.084,33	
DISPONÍVEL	1.735.000,33		846.283,58	
CAIXA	1.003,63		6.361,59	
BANCOS C/MOVIMENTO	6.661,77		2.013,61	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.727.334,93		837.908,38	
REALIZÁVEL	233.709,93		267.013,67	
ADIANTAMENTOS	32.474,75		50.839,28	
CONTAS A RECEBER	169.337,74		183.182,82	
DEPÓSITO JUDICIAL	17.610,59		26.738,72	
ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS	14.286,85		6.252,85	
ESTOQUE	16.114,81		21.012,95	
MATERIAL DE CONSUMO	12.279,83		16.572,58	
MATERIAL PROMOCIONAL	3.834,98		4.440,37	
DESP. EXERC. SEGUINTE	7.564,36		7.774,13	
DESPESAS ANTECIPADAS	7.564,36		7.774,13	
PERMANENTE	277.695,70		374.255,30	
IMOBILIZADO	277.695,70		374.255,30	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	251.374,40		386.698,07	
DEPREC. ACUM. MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(145.513,50)		(168.455,65)	
VEÍCULOS	33.000,00		33.000,00	
DEPREC. ACUM. VEÍCULOS	(5.500,00)		(12.100,00)	
MÓVEIS E UTENS. SUBSEDE SALVADOR	6.307,45		15.543,27	
DEPREC. ACUM. SUBSEDE SALVADOR	(3.477,58)		(4.552,04)	
MÓVEIS E UTENS. SUBSEDE B. HORIZONTE	12.070,23		13.639,55	
DEPREC. ACUM. SUBSEDE B. HORIZONTE	(3.846,75)		(5.086,61)	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS SUBSEDE RECIFE	12.154,35		13.129,35	
DEPREC. ACUM. SUBSEDE RECIFE	(4.999,98)		(6.246,60)	
LINHAS TELEFÔNICAS	14.186,29		14.186,29	
PROGRAMAS E SISTEMAS	38.298,51		38.298,51	
AMORTIZAÇÃO PROGRAMAS E SISTEMAS	(31.519,64)		(36.785,73)	
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	89.319,06		105.187,06	
DEPREC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA	(66.678,89)		(77.054,59)	
BENFEITORIAS	283.292,61		283.292,61	
DEPREC. ACUM. BENFEITORIAS	(200.770,86)		(218.438,19)	
PASSIVO	(2.270.085,13)		(1.516.339,63)	
CIRCULANTE	(213.896,93)		(220.339,23)	
CONTAS A PAGAR	(34.248,77)		(25.332,45)	
CONTAS A PAGAR DIVERSAS	(10.526,20)		(11.208,99)	
COMITÊ DA FOME	(12.262,57)		(1.433,46)	
RECEITAS ANTECIPADAS	(11.460,00)		(12.690,00)	
FOLHA DE PAGAMENTO	(52.218,92)		(61.520,24)	
SALÁRIOS À PAGAR	(31.064,21)		(38.419,60)	
PENSÃO ALIMENTÍCIA	(970,85)		(1.049,33)	
PROVISÃO DE FÉRIAS	(20.183,86)		(22.051,31)	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	(3.651,93)		(4.090,47)	
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	(3.651,93)		(4.090,47)	
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	(31.805,37)		(37.356,47)	
INSS À PAGAR	(20.804,14)		(22.879,65)	
FGTS À PAGAR	(5.547,34)		(7.174,97)	
PIS À PAGAR	(787,27)		(1.028,64)	
PROVISÃO ENC. SOC. S/FÉRIAS	(4.386,12)		(5.992,71)	
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	(280,50)		(280,50)	
CONTAS CORRENTE	(91.971,94)		(92.039,60)	
SEGURO DE VIDA À PAGAR	(90.373,94)		(90.427,32)	
FIOPREV PLANO DE SAÚDE	(1.598,00)		(1.612,28)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.056.188,20)		(1.296.000,40)	
FUNDO PATRIMONIAL PRÓPRIO	(2.056.188,20)		(1.296.000,40)	

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2006

Justa Helena Braga Franco / Maria Jurema Orgal

	2005/VALORES EM R\$		2006/VALORES EM R\$	
RECEITAS				
DEPTO. ADMINISTRATIVO	248.917,65		238.821,71	
DEPTO. ESPORTES	38.536,00		48.974,25	
DEPTO. SINDICAL	798.250,63		933.382,40	
DEPTO. SÓCIO CULTURAL	29.201,00		28.006,00	
DEPTO. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	100,00		750,00	
TOTAL	1.115.005,28		1.249.934,36	
DESPESAS				
DEPTO. ADMINISTRATIVO	(780.517,37)		(790.591,72)	
DEPTO. ESPORTES	(202.801,09)		(449.585,01)	
DEPTO. SINDICAL	(248.291,51)		(257.380,93)	
DEPTO. JURÍDICO	(226.050,03)		(272.021,38)	
DEPTO. SÓCIO CULTURAL	(167.007,25)		(183.850,76)	
DEPTO. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	(178.457,22)		(198.896,59)	
TOTAL	(1.803.124,47)		(2.152.326,39)	
RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS				
RECEITAS FINANCEIRAS	330.567,55		183.831,62	
DESPESAS FINANCEIRAS	(14.154,21)		(41.627,39)	
TOTAL	316.413,34		142.204,23	
RESULTADO DO PERÍODO	(371.705,85)		(760.187,80)	



Durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Asfoc promoveu debate com Elizabeth da Silva Campos (à esquerda) e Cecília Minayo, mediado pelo diretor Rogério Lannes. Houve também entrega de 1.500 rosas e encenação da peça de teatro “8 de março”

Mulher quer diálogo para combater violência

A Asfoc promoveu dois eventos, em março, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher: no dia 8, os diretores da Associação Paulo César de Castro Ribeiro, o Paulão; João Carlos de Freitas, o Profeta; Alcimar Pereira Batista, Paulo Garrido, Rita Regina e Maria de Fátima distribuíram 1.500 rosas para as trabalhadoras da Fiocruz, maior contingente da força de trabalho na Fundação, no Campus de Manguinhos, no Instituto Fernandes Figueira, no prédio da Expansão e em Far-Manguinhos.

No dia seguinte, o Núcleo de Teatro do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Sind-Justiça/RJ) apresentou no auditório do Museu da Vida a peça “8 de março”, contando a origem do Dia Internacional da Mulher. Como parte das comemorações, houve também o debate “Violência contra a mulher”, com as coordenadoras do Espaço Casa Viva, Elizabeth da Silva Campos, e do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), Cecília Minayo.

Na abertura do debate, o diretor-geral da Asfoc, Rogério Lannes, listou uma triste realidade da situação da mulher no planeta. “Setenta por cento das pessoas mais pobres no mundo são mulheres. Dois milhões de meninas entre 5 e 15 anos entram no comércio sexual por ano. A violência doméstica mata e fere mais do que guerra, câncer ou acidente de trânsito nos países em desenvolvimento. Um terço das mulheres estão desabrigadas ou ocupam habitações inadequadas. As mulheres produzem metade dos alimentos, mas são proprietárias de menos de 2% da terra do planeta. Metade das mulheres assassinadas são vítimas de seus atuais ou antigos parceiros. A cada minuto morre uma mulher vítima de problemas de gestação. Dois terços dos 800 milhões de adultos analfabetos são mulheres. As mulheres respondem por 2/3 das horas trabalhadas, mas recebem apenas 10% da renda. Quarenta e três milhões de meninas não encontram vagas em escolas e uma em cada três mulheres será estuprada, espancada ou sofrerá outra forma de abuso durante a vida”.

Durante o debate, foi apresentado por Elizabeth da Silva o documentário “Mulheres de Manguinhos, a presença da mulher no processo do desenvolvimento social”, que relata a Agenda Redutora da Violência desenvolvida na região. Mais uma vez, os dados mostrados são alarmantes.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Manguinhos registrou em 2001 a quinta pior colocação em qualidade de vida entre 161 bairros



cariocas pesquisados. Ao confrontar a situação com 26 países da América Latina e do Caribe, Manguinhos ocupava o penúltimo lugar, à frente, apenas, do Haiti.

Elizabeth da Silva ressaltou a dura realidade dos moradores da região: convivem com baixos indicadores culturais e econômicos, precariedade dos serviços de infra-estrutura urbana e de equipamentos de lazer, baixa renda familiar, desemprego ou inserção precária e desqualificada no mercado de trabalho, baixa escolaridade, oferta deficiente de escolas de Ensino Médio e várias formas de violência no cotidiano urbano.

“É um conjunto de comunidades com cerca de 50 mil habitantes. Destes, 54% estão na faixa etária de 15 a 49 anos, ou seja, uma população jovem e ativa. Cinquenta e dois por cento fazem parte da população feminina, que vive vulnerável a estes indicadores, e são obrigadas a amadurecer e adquirir prematuramente responsabilidade para criar seus filhos ou netos, e assumir a casa como chefe e provedora do lar. Essas mulheres estão com a sua saúde mental e física abaladas e fragilizadas, expostas a consequências acarretadas pela violência em suas diversas formas e violação de direitos. Mas elas são corajosas, porque perseguem o desejo de avançar. Trabalham, estudam, suportam e amam. Essas são as mulheres que estão nas favelas do Complexo de Manguinhos”.

Com base em estudos já realizados, Cecília Minayo, do Claves, revelou uma outra característica sobre o assunto: em geral, o homem quando comete violência contra a mulher é com muito mais crueldade e agressividade. Segundo ela, as principais manifestações de violência são: homicídio, estupro, prostituição forçada, a mutilação dos genitais, abusos sexual, físico, psicológico e emocional. “O parceiro próximo, como marido, namorado, amante ou companheiro, é o maior agente da violência contra a mulher”, lembrou.

Ainda segundo ela, um estudo na clínica de dor da Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) descobriu que 93% das mulheres que têm dores sem motivo aparente sofreram ou continuam sofrendo algum tipo de violência. “Traumatismos, lesões, gravidez indesejada (com marido ou estuprador), Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), abortos espontâneos, asma, gastrite, úlcera, problemas ginecológicas, disfunções sexuais, distúrbios alimentares, problemas estomacais, depressão, ansiedade, abuso de álcool e de drogas, transtornos mentais e dores crônicas estão vinculadas à violência”.

Para piorar a situação, Cecília observa que muitas vezes os profissionais de saúde não estão capacitados para atender ao paciente. “Os médicos têm medo tanto da violência quanto de se envolver em problemas com os quais não foram preparados para atuar. Médicos riem e banalizam as queixas, como se não fossem graves. Em muitos casos dão remédio para aliviar o sofrimento, como se a mulher tivesse um transtorno mental, mas, na verdade, o transtorno é social. A mulher sofre violência e busca ajuda médica. Mas ela quer mais que o curativo, mais que o braço engessado ou o tratamento do dente quebrado. Ela quer ser acolhida, escutada, dialogar, ter privacidade, ser compreendida e respeitada. Quer que suas queixas sejam levadas a sério”.



Inauguração do Parque Esportivo abre Semana do Trabalhador

O Parque Esportivo da Asfoc está pronto. A inauguração será no dia 5 de maio, com uma partida de futebol entre Cacareco e Veteranos e diversas atividades recreativas para os filhos dos associados, abrindo as comemorações da Semana do Trabalhador. Entre os dias 7 e 11, haverá mostra de filmes ligados ao movimento sindical, esquetes teatrais e apresentação de voz e violão no campus da Fiocruz. O Departamento de Esportes também programou uma caminhada ecológica dentro da Fundação. Um grande show encerrará a semana de festejos.



Em obras desde julho do ano passado, o Parque Esportivo passou por diversas reformas com base em projeto elaborado por Biomanguinhos e adaptado pela Dirac. Ganhou duas quadras poliesportivas, uma quadra de vôlei e futebol de areia, uma pista de caminhada e 179 vagas de estacionamento. Também foram feitas a revisão das linhas de drenagem e da iluminação, instalação de sistema de pára-raios, reforma dos vestiários, banheiros e cantina, construção de um muro externo junto à Avenida Brasil e de nova guarita.

O campo de futebol também passou por melhorias. A principal delas foi a correção das irregularidades do piso, com a substituição de trechos de grama por placas novas e aplicação de matéria orgânica. Em função de todas as benfeitorias, as atividades no local foram suspensas no fim de agosto até o término dos trabalhos para facilitar a conclusão do projeto e para não colocar os usuários em risco.

No dia 17 de abril, os diretores Rogério Lannes (geral), Justa Helena Franco (administrativo-financeira) e Roberto Lopes (Esportes) estiveram reunidos com o responsável pela execução nas obras, Fernando Carvalho (Dirac). Na ocasião, ele informou que existiam algumas pequenas pendências (iluminação, jardinagem e pintura), mas nada que prejudicasse a inauguração do espaço. “Considero a obra entregue. O melhor disso tudo é poder integrar as pessoas ao uso deste espaço”, comemorou.

Boito: Sindicato tem que ser forte

O professor da Unicamp e doutor em Sociologia pela USP Armando Boito proferiu palestra no dia 13 de abril, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sobre “Trabalhadores e política no Brasil: declínio e ressurgimento da tradição populista”. Durante sua apresentação, Boito, que também tem pós-doutorado pela Fondation Nationale de Sciences Politiques da França, explicou como a prática populista atua no recente cenário político brasileiro.

No caso do presidente Lula, o professor acha que o governo não é populista, mas pratica o populismo. “Na linha das políticas compensatórias, adquiriu uma nova dimensão quan-

do nomeou o Bolsa Família como programa básico de governo, aquela vantagem mínima que todo governo tem que conceder aos cidadãos, constituindo numa força social de apoio ao governo. Enquanto distribuir e manter esse pessoal beneficiado, desorganizado e passivo, acho que é populista”.

Para ele, o segundo elemento que reforça esse populismo surge no discurso presidencial. “O Lula investe na fala paternal diante dos trabalhadores e dos cidadãos. Se apresenta, literalmente, como pai dos pobres. É impressionante a recorrência da figura do pai e dos filhos ocupando o lugar do presidente. E recorre à questão da mesada como um pai que não pode

dar uma quantia maior aos filhos. É um discurso e uma política efetiva”, ressaltou.

Sobre a questão sindical brasileira, Boito afirmou que o grande mal dessa estrutura é a unicidade. “Acabar com a unicidade significa instaurar uma dinâmica sindical completamente diferente da conhecida. É instaurar o irrestrito pluralismo sindical e eu sou defensor disso, porque é o único sinônimo de liberdade sindical, embora não seja defensor do plurisindicalismo. Acho que os trabalhadores devem lutar por um sindicalismo unificado, que não é a mesma coisa que sindicato único. Trabalhador precisa de sindicato grande e forte. Se for pequeno e fraco tem que morrer!”, finalizou.



Armando afirmou durante palestra na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio que o grande mal da estrutura sindical brasileira é a unicidade

Asfoc e Assuré levam Seguro Vida aos trabalhadores da Fiocruz

A Asfoc e a Assuré vão intensificar em breve a campanha de Seguro de Vida em Grupo na Fiocruz. Nas próximas semanas, servidores e demais trabalhadores da Fundação serão procurados por representantes da corretora para esclarecer o conteúdo das apólices. A grande novidade na criação desta carteira é a inclusão de serviços aos terceirizados.

Somente durante o período de maio de 2004 a abril de 2007 a Assuré pagou indenizações a 105 pessoas, no valor de R\$ 1,7 milhão. Receba os corretores, analise a oportunidade, busque melhores condições e tome uma decisão segura! Até hoje, credibilidade e estabilidade têm sido marcas que acompanham a Assuré Corretora de Seguros. E a Asfoc espera que assim permaneça.